

O fim do furo: encruzilhadas do jornalismo em tempo real no ambiente online¹

Carolina Zoccolaro Costa MANCUZO²
Roberto Aparecido Mancuzo SILVA JUNIOR³
Paulo César BONI⁴

Universidade Estadual de Londrina, UEL – Londrina, PR
Universidade Estadual Paulista, Unesp – Presidente Prudente, SP

Resumo

Este artigo analisa o equívoco que se instalou no jornalismo quando considerado o furo jornalístico no ambiente online. A partir da análise de conteúdo, pesquisa bibliográfica, documental e observação de portais noticiosos, critica-se que a velocidade na transmissão de informações empregada pelas práticas jornalísticas em tempo real promove uma descaracterização da notícia em primeira mão tal qual foi assimilada nos meios impressos, na televisão e no rádio durante boa parte do século XX e início do século XXI. Por deslocar o fator do interesse público dos dados trabalhados, a oferta de material de qualidade e atentar contra a responsabilidade social do jornalista no trato da informação, propõe-se que haja uma atenção especial da atividade jornalística diante de tal recurso.

Palavras-chave

Velocidade; Furo Jornalístico; Jornalismo Online; Tempo Real, Conteúdos Digitais.

Introdução

Este artigo parte da afirmação de que na era da tecnologia da informação a palavra de ordem no jornalismo é a velocidade. Isto impõe a certeza de que os valores-notícia já consagrados, e citados na literatura brasileira por autores como Erbolatto (1991) e Pena (2005), como “impacto”, “improbabilidade”, “proeminência”, “proximidade”, “interesse público”, cedem importância para o “imediato”. Neste sentido, as técnicas de investigação e

¹ Trabalho apresentado no GP Conteúdos Digitais e Convergências Tecnológicas do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em Agronegócios pelas Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, de Presidente Prudente (SP). Graduada em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo pela Universidade do Oeste Paulista (Unoeste) de Presidente Prudente (SP). Professora e coordenadora do curso de Comunicação Social da Unoeste – Universidade do Oeste Paulista, de Presidente Prudente (SP). E-mail: carolzcosta@hotmail.com.

³ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista em Presidente Prudente (SP). Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (PR). Especialista em Comunicação Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Graduado em Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista de Bauru (SP) e Professor da Faculdade de Comunicação Social de Presidente Prudente (SP), da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste). E-mail: roberto.mancuzo@yahoo.com.

⁴ Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (SP). Mestre em Comunicação Social pelo Instituto Metodista de Ensino Superior, de São Bernardo do Campo (SP). Graduado em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina (1981). Coordenador e professor do Mestrado em Comunicação Visual da Universidade Estadual de Londrina (PR). E-mail: pcboni@sercomtel.com.br.

o tempo despendido na apuração deixam de ter prioridade na prática jornalística no ambiente virtual diante da premissa equivocada de que ser o primeiro a noticiar um fato, independentemente das consequências trazidas pelo tempo real, é o que garante a credibilidade dos veículos.

A pressa, a instantaneidade e a busca por atualização desvirtuam o furo jornalístico a partir do momento em que se impõe a prática da notícia em primeiro lugar e carrega em si a marca de que o fator de diferenciação de um veículo para o outro é regido apenas pelo tempo de publicação: minutos, ou até mesmo, segundos.

Assim, questionamentos surgem para fins de novas pesquisas e reflexões: em que medida a busca pelo tempo real no jornalismo contemporâneo se desvincula dos princípios éticos e legais da profissão, incorrendo no risco da transmissão de dados falsos ou precipitados? Embora se saiba que a internet potencializa esta disputa pelo poder da informação, qual é a interferência do capitalismo, com suas exigências de produtividade em série e em massa, neste contexto? Pode-se falar em nova conceituação para o que vem a ser o “furo jornalístico” ou sua premissa de informação qualitativa em primeira mão, devidamente apurada, deve prevalecer em nome da responsabilidade social implícita no jornalismo?

É fato que as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) com a sua ampla possibilidade de interatividade mudaram a forma de se comunicar, tanto para o jornalismo como para todo o tipo de comunicação entre pessoas. Hoje a produção de conteúdo não está apenas nas mãos dos detentores do poder da mídia, pois todos produzem. Com isso, a concorrência se amplia e o fazer jornalismo precisa correr ainda mais contra o tempo. A preocupação não é mais apenas com outros veículos de informação, mas com o consumidor/produtor comum, que a todo o momento “fura” os jornalistas de plantão.

Ao pesquisar por respostas e abrir um campo de debates no meio acadêmico, este artigo alerta de imediato para o atual e aparente estágio do fazer jornalístico nos veículos online. De modo mais específico ainda, atenta-se para o crescimento no mundo virtual dos erros, falta de aprofundamento, conformismo com as respostas dos entrevistados e intensificação do jornalismo meramente declaratório, onde o que de fato importa é ter a informação publicada e não mais a cobrança das autoridades por soluções ou o outro lado da questão. Tudo isto, em nome de um único valor: a velocidade de um mundo que não se dá ao luxo de parar, que detém prioridades de consumo absoluto e da acumulação de capital e não admite que uma vez conectado, o homem se esqueça disto.

Neste artigo opta-se por uma multidisciplinaridade metodológica que se faz a partir da Análise do Conteúdo, mais específico ao estudo da comunicação jornalística, e como instrumento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a observação.

A Análise de Conteúdo, segundo Martins (2008, p.33) se conforma como um procedimento “[...] para se estudar a comunicação de maneira objetiva, sistemática e quantitativa. [...] A Análise de Conteúdo pode ser aplicada virtualmente a qualquer forma de comunicação [...]”. Porém, é em Herscovitz (2007) que esta pesquisa encontra sua melhor definição e conforto para aplicação da Análise de Conteúdo, por se tratar de uma ação que verifica fenômenos não apenas mensuráveis, mas especialmente qualitativos. “Os pesquisadores que utilizam a análise de conteúdo são como detetives em busca de pistas que desvendem os significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambigüidades ou ideologias.” (HERSCOVITZ, 2007, p.127).

A pesquisa bibliográfica consiste na leitura e fichamento de obras relacionadas ao assunto pesquisado, a fim de inserir conhecimentos já existentes de outros autores ao trabalho realizado. Severino (2002, p.76, grifo do autor) afirma que é preciso fazer uma busca sistemática de obras que possam interessar ao tema discutido, incluindo clássicos e contemporâneos. A pesquisa documental foi realizada a partir do levantamento das páginas dos *sites*. Esses documentos serviram como fonte para a reflexão e análise posterior. Segundo Cervo e Bervian (1996, p.68), “[...] documento é toda base de conhecimento fixado materialmente e suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova”. Inserida na observação direta e intensiva, está a técnica de observação, que também foi utilizada neste projeto.

Observação – utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. Pode ser: Sistemática, Assistemática; Participante, Não Participante; Individual, em Equipe; na Vida Real, em Laboratório. (LAKATOS; MARCONI, 2001, p.107).

Capitalismo e Sociedade

Nas ruas, as pessoas olham-se e alertam: “Aproveite, porque passa rápido.” Os dispositivos móveis conectados em rede conduzem a rotina humana na estrada do

endividamento cotidiano, ou seja, sempre há uma tarefa para se cumprir e o fato de estar “online” insere dividendos rotineiros no dia-a-dia. Em resumo, vinte e quatro horas não são suficientes para executar todas as tarefas impostas pelo trabalho, sociedade e família. Resta a sensação de que não há controle sobre o tempo.

Há uma espécie de concordância generalizada, e inconsciente, de que a ordem expressa agora está submetida ao dia eletrônico que deixou para trás o dia solar, em uma duplicação sem sentido do próprio espaço-tempo. (VIRILIO, 1993). Certo é que a própria noção de espaço, com as facilidades de locomoção, se reduziu e o mundo passou a se tornar pequeno para as possibilidades.

Uma vez que não fazemos nada mais do que pensar as dimensões que o olho é incapaz de ver, que o espaço e o tempo são para nós nada mais do que intuições, as ferramentas de percepção e de comunicação poderão realizar *esse paradoxo das aparências* que consiste em comprimir a dimensão do universo em um eterno *efeito de encolhimento*. (VIRILIO *apud* MORETZSOHN, 2002, p.27, grifos da autora).

O que se firma a partir disto, é que a velocidade da sociedade atual não é um “valor” do século XXI. Ela é a extensão do modo capitalista que exige produtividade, pressa e resultados. O início e o fim da imaginação do modo de vida moderno têm suas origens durante e pós-Revolução Industrial, um período em que a principal invenção do homem não se restringiu a motores, carros e outros aparelhos, mas sim à linha de produção. “De fato, a velocidade é uma característica do capitalismo, resumida na expressão ‘tempo é dinheiro’, instituindo e obedecendo a uma lógica que Marx sintetizou ao definir: ‘economia de tempo: a isto se reduz finalmente toda economia’.” (MORETZSOHN, 2002, p.20).

O sentimento de que o trabalho não tem hora não é exclusivo de quem viaja ou tem reuniões com equipes internacionais. Uma pesquisa da consultoria Korn/Ferry com 2.300 executivos do mundo todo concluiu que 81% deles estão acessíveis para questões de negócios 24 horas por dia, sete dias por semana. O fato de esse termo, 24 x 7, ter virado um jargão do mundo dos negócios já diz bastante sobre os limites entre vida pessoal e profissional para os trabalhadores mais bem-sucedidos. Trata-se de uma reversão de hábitos, como aponta o sociólogo italiano Domenico De Masi, colunista de ÉPOCA: “Pela primeira vez na História do mundo, os mais pobres têm tempo para o lazer, enquanto a elite se esfalfa de trabalhar”. (SALOMÃO, SEGALLA, NEVES, 2007).

Por isso mesmo é que a exigência deste sistema é tanta: o trabalhador não se sente livre nem quando está em seu tempo ocioso, após o trabalho ou em suas férias. “Christophe Déjours retomou a perspectiva dessa concepção utilitarista de tempo permeando o cotidiano, de modo que mesmo as férias do trabalhador devem ser produtivas: o ócio seria

pura perda de tempo.” (MORETZSOHN, 2002, p.39). Tempo livre, para o capital, ainda soa de modo perigoso.

Pois, devido às restrições e contradições intransponíveis do sistema do capital, toda tentativa de introduzir o *tempo disponível* como regulador dos intercâmbios sociais e econômicos – o que significaria obrigatoriamente colocar à disposição dos indivíduos um grande montante de tempo *livre*, liberado pela redução do tempo de trabalho muito além dos limites até mesmo de uma semana de trabalho de 20 horas – agiria como *dinamite social*, fazendo a ordem reprodutiva estabelecida explodir pelos ares. Pois o capital é totalmente incompatível com o tempo livre utilizado de modo autônomo e significativo pelos indivíduos sociais livremente associados. (MÉSZÁROS, 2007, p.160, grifos do autor).

O anseio pela pressa faz ainda com que o tempo presente perca a sua força em favor da ambição do que se pode conseguir no futuro. “Os vínculos pessoais, familiares e afetivos são enfraquecidos, em benefício de outros vínculos que possam, eventualmente, trazer ‘lucros’ e ‘fortalecimento de posições’ na economia de mercado.” (ARBEX JUNIOR, 2001, p.90). E, naturalmente, toda esta arquitetura de pensamento imposta incide também na necessidade de pensar nas próximas gerações. O conceito de constituir capital, dar educação, garantir estabilidade para os filhos, faz com que, novamente, o trabalho tenha que ser realizado com eficiência em nome de um pretenso crescimento individual e coletivo. As respostas ao mundo da pessoa inserida em um núcleo familiar são diferentes das que não precisam se preocupar com os outros. “Se queremos deixar alguma coisa no mundo ou construir um futuro melhor para os nossos filhos, fazemos coisas bem distintas do que faríamos se nos preocupássemos apenas com os nossos próprios prazeres aqui e agora.” (HARVEY *apud* MORETZSOHN, 2002, p.22).

Ao lado da acumulação flexível lançada pelo capital, a expectativa de morte também provoca a noção de aceleração da vida. Moretzsohn (2002, p.23-24) diz que, “[...] a descoberta da fatalidade da morte foi o que nos deu segurança a respeito da única certeza possível: a do caráter transitório, temporário de nossa presença no mundo”. Esta certeza, porém, não trouxe liberdade, mas sim uma pressão ainda mais sufocante pela obrigatoriedade de produção.

A certeza da morte contribui para o entendimento de que é preciso fazer mais em menos tempo e a própria industrialização, com suas máquinas cada vez mais velozes, exige que os homens aumentem a velocidade de seus afazeres. Concorre-se contra elas.

À exigência pela maior velocidade das máquinas corresponde a nossa exigência de um tempo social mais veloz. Engolimos sanduíches em restaurantes *fast food*, ou durante nossos deslocamentos urbanos. Aceleramos o passo nas ruas, mesmo quando não temos pressa. No rádio, a voz acelerada do locutor nos dá a sensação

de que sempre estamos atrasados. [...] Talvez realmente desejássemos que nossos corpos fossem tão leves e móveis quanto é a informação atualmente. (KLEIN, 2006, p.119, grifos do autor).

Eis um paradoxo: uma sociedade sedenta pela pressa e pelo tempo livre cria a máquina, mas agora quer mais do que nunca se aproximar ou até ultrapassar a velocidade de sua invenção. E mais: é dominado facilmente por ela. Vilém Flusser usa a máquina fotográfica como metáfora do mundo dominado pela tecnologia. “Antes os instrumentos funcionavam em função do homem; depois grande parte da humanidade passou a funcionar em função das máquinas.” (FLUSSER, 2002, p.21).

Em uma sociedade dominada pela pressa, a rapidez impera em qualquer situação. “Especialmente nesses tempos globalizados, em que a velocidade parece adquirir um valor em si, seria mais apropriado dizer que essa noção de urgência é o grande fetiche da vida (pós) moderna.” (MORETZSOHN, 2002, p.148).

A imprensa acelera ainda mais o universo capitalista. Foi a própria Revolução Industrial, com suas máquinas, que colaborou decisivamente com a evolução e otimização dos meios jornalísticos. E hoje, muitas vezes como personificações do capital, os meios atuam a seu favor e reforçam os novos valores da “modernidade”, em especial ao impor ritmo acelerado ao mundo. Não por menos, a troca de informações e sua presença junto ao cidadão comum abastecem uma rede imensa de consumidores. A este esquema ritmado, sincronizador da sociedade (BAITELLO JR., 1997), emerge ainda uma noção evolutiva dos fatos, como se fossem sequenciais.

Esse descompasso se deve a necessidades intrínsecas ao papel cultural do sistema de comunicação na sociedade contemporânea. [...] Sua função primordial não é a de informar sobre os temas que noticia, mas de sincronizar a sociedade, e para tanto deve impor aos consumidores da mídia a visão do tempo específica dessa cultura. (SERVA, 2001, p.127).

E se há espaço para novas transformações, elas ocorrem agora a partir da internet e sua inerente globalização. Um meio onde a velocidade se metamorfoseia a partir do rompimento das barreiras da informação, impostas pelas características dos próprios meios e a definição dos recentes contornos da lógica do tempo real.

A emergência do ciberespaço, novo salto capital na história da linguagem, transforma a vivência no tempo e no espaço. A velocidade ordinária da evolução cultural cedeu lugar ao tempo real, instantâneo, de troca de informações multimidiáticas. (LE MOS; LÉVY, 2010, p.44).

A nova cultura se faz pelo ideal de progresso tecnológico, que leva em sua esteira o progresso do homem (CASTELLS, 2003) e, por este motivo, se configura sob os moldes

da transformação. Lemos e Lévy (2010) entendem a cibercultura assentada no tripé: emissão livre de informações; contextualização; e reconfiguração cultural, política, econômica e social. A mudança no espaço-tempo que se ajusta em torno da noção de sociedade reconfigurada, dos “lentos e rápidos” onde a “[...] rapidez se torna argumento de autoridade que funda um mundo sem lei”. (MATTERLART, 2002, p.173), pode ser analisada em diferentes aspectos, mas é em sua presença na imprensa que as atenções se voltam neste momento.

A Avalanche de Informações e o Valor da Notícia

Em 2008, um estudante universitário com distúrbios psicológicos abriu fogo em sua escola, na Finlândia, levou dez pessoas à morte e se suicidou em seguida. A notícia foi manchete dos principais jornais brasileiros e nos diferentes meios de comunicação. A informação chegou ao Brasil ao mesmo tempo em que a população local da Finlândia soube do caso. Em pouco tempo, periódicos do mundo todo faziam um paralelo com episódios parecidos, ocorridos em outros países.

O que levou esta e outras pessoas a cometerem crimes bárbaros contra inocentes é objeto para outros estudos. Importa, no caso deste artigo, afirmar que situações assim sempre aconteceram, mas a informação, embora chegasse desde o rádio com certa instantaneidade, não era disponível sobre todos os aspectos que aconteciam, simultaneamente no mundo inteiro. “[...] o tempo real do ciberespaço é, por assim dizer, um tempo sem tempo”. (MARCONDES FILHO, 1996, p.299).

A atualidade se apresenta, portanto, em uma avalanche de informações, contornada pelo que se corrobora aqui de fetiche do tempo real. Vive-se e se está imerso em uma época em que os *sites* noticiosos têm o dever de publicar matérias novas a cada momento. Embora se considere a etapa de edição de um conteúdo publicado, estes veículos pautam sua rotina com a responsabilidade irreal de trazer a notícia “*real time*” e de realizar uma “cobertura” sobre tudo o que acontece no mundo. Cobertura aqui tratada no sentido equivocado, porque por cobertura jornalística entende-se a coleta de informações devidamente apuradas, o que nem sempre acontece. O que se vê e se chama de “tempo real” é a simples reprodução de fatos, sem que ao menos estes sejam checados nos moldes que prega o fazer jornalístico.

Essa mudança na urgência da informação gerou e gera reflexos importantes. Um deles, inclusive, obrigou aos detentores da informação a uma reavaliação dos valores

agregados a um fato e que o qualificam como notícia. “[...] a informação só tem valor pela rapidez de sua difusão, ou melhor, a velocidade é a própria informação!” (VIRILIO *apud* MORETZSOHN, 2002, p. 125). A capacidade do jornalismo em decidir pela publicação deste ou daquele fato, a partir de índices tradicionais como ineditismo, improbabilidade, proximidade, novidade, interesse, empatia, sexo, dinheiro, amor, cultos, raridades ou conflito, como aponta Erbolato (1991) ou pelas formas tradicionais de valores-notícias elencadas por Wolf (2002), e reafirmadas por Pena (2005), em categorias como substantivas ou relativas ao produto, meios de informação, público e concorrência, está agora ameaçada pela singularidade do tempo real.

O cenário posto aponta para uma afirmação que se traveste em um alerta: o foco na velocidade do tempo real revela-se como critério jornalístico primordial, mesmo que em detrimento das regras formais de apuração, pois “[...] ‘chegar na frente’ torna-se mais importante do que ‘dizer a verdade’[...]”. (MORETZSOHN, 2002, p.120).

O risco que se vive no ambiente virtual noticioso é de se banalizar, portanto, a prática ofensiva de que critérios pré-definidos de análise de um fato em busca de sua capacidade de se tornar notícia, ou seja, sua noticiabilidade, e em especial o fator “interesse público”, são marginalizados em torno de uma ação de *gatekeeper*⁵ que se reverte em um jornalismo de má qualidade, conforme esclarece o doutor em comunicação José Afonso Júnior em entrevista ao *Jornal da Tarde*, reproduzida no livro de Magaly Prado (2011, p.110): “[...] um reflexo da cultura do tempo imediato, em que a matéria tem que estar publicada quase no instante em que o fato está acontecendo. A velocidade é o valor-notícia, muitas vezes, mais valorizada que a informação bem apurada”.

Em uma estratégia pouco convincente, e menos ética ainda, jornalistas abstraídos nesta cultura também culpam suas fontes para justificar erros. “[...] em geral a urgência surge como justificativa para isentar a imprensa de responsabilidade ou mesmo conivência na divulgação de notícias sem fundamento, atribuindo-se toda responsabilidade à fonte, especialmente se oficial.” (MORETZSHON, 2002, p.146).

Foi o que aconteceu com os *sites* jornalísticos *Folha.com* e *UOL* ao precipitadamente noticiar no dia 24 de setembro de 2010 a morte do senador Romeu Tuma, então internado no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo. O senador morreu no dia 26 de outubro, um mês após a notícia falsa ser publicada na *web*. A justificativa divulgada pela

⁵ Termo utilizado no jornalismo para justificar o que é ou não noticiado. São as “barreiras” impostas ao público. A tradução literal é porteiro, como se o jornalista fosse o “porteiro” da informação.

Folha.com, atribuída à assessoria de imprensa do senador, foi que “[...] fontes desconhecidas desencadearam uma onda de boatos em relação ao estado de saúde do senador”. (COMUNIQUE-SE, 2010). Informação posterior ao fato concreto, claro, que não obteve na capa a mesma evidência da publicação sobre a notícia de morte do senador em um período que ele era candidato às eleições. Seu falecimento aconteceu após o pleito e Tuma não foi eleito. A influência deste tipo de ocorrência é de difícil quantificação, mas há de se questionar quantas pessoas, nos minutos em que a notícia ficou no ar, leram a informação e mudaram seus votos, por não terem acesso à divulgação do erro? “A ansiedade por uma notícia poderá produzir ‘barrigas’ [publicação de uma notícia que não é verdadeira] como essa. [...] O importante é, em veículos impressos ou on-line, ter cabeça fria para só publicar histórias que conseguir checar.” (FLORESTA; BRASLAUSKAS, *apud* PRADO, 2011, p.164).

No entanto, não é somente o risco de erro que se avilta no universo do tempo real. A informação também está em constante estado de *mesmice* e isto põe em risco o valor de um fato.

Se a informação é um dos bens mais valiosos da atualidade, um clichê bastante gasto, o excesso de sua oferta faz com que ela se torne, paradoxalmente, um dos artigos mais baratos e banais. Do valor assumido pela informação em nosso tempo, surge a ilusão de que vivemos na sociedade do conhecimento, mais um clichê. Entretanto, a construção do conhecimento implica a filtragem de informações, no seu grau de raridade, na sua costura e vinculação com informações e conhecimentos prévios. [...] Muitas vezes, empreendemos fugas, fechamos nossos olhos, pois não suportamos as descargas informativas de nosso cotidiano. (KLEIN, 2006, p.121-122).

A situação exposta, o mais do mesmo da informação, impede o aprofundamento reflexivo e por este motivo o tempo real caminha em sentido contrário ao tempo de cognição. Até porque, a compreensão exige, apesar da reiteração linguística, tempo. “[...] é o intervalo entre as palavras – o silêncio – que dá sentido a linguagem.” (NOVAES *apud* MORETZSOHN, 2002, p.46).

A *mesmice* também leva à cultura do senso comum, que ao mesmo tempo em que marginaliza assuntos importantes, deixa em evidência assuntos de consumo barato. Será que, por exemplo, a morte da cantora britânica Amy Winehouse, no dia 23 de julho de 2011, foi amplamente divulgada, inclusive antes mesmo de se ter a confirmação real de que se tratava dela (os títulos dos *sites* noticiosos, como *UOL*, afirmavam a morte da cantora, enquanto os textos internos se redimiam de um possível erro, com a informação de que “a notícia ainda não foi confirmada pelos assessores”, mas a polícia garante que “trata-se de

uma mulher de 27 anos”), pode de fato mudar de forma fundamental a rotina ou a consciência política de uma pessoa no Brasil? Claro que a notícia tem que ser veiculada por se tratar de uma pessoa proeminente, um dos critérios noticiosos do jornalismo, mas influenciaria a vida de pessoas da mesma maneira que uma matéria sobre as condições de trabalho de imigrantes e brasileiros em confecções paulistanas ou as consequências de uma greve de ônibus em alguma grande capital nacional, por exemplo?

Não é apenas o senso crítico que está em falta, mas mais simplesmente a curiosidade intelectual. A falta de uma propedêutica da apropriação das tecnologias digitais anda lado a lado com a fascinação pelo objeto técnico e a carência de uma reflexão sobre a história da utopia pedagógica que não esperou as novas tecnologias de comunicação interativas e de multimídia. (MATTELART, 2002, p.174).

No mesmo dia da morte da cantora, o portal de notícias *UOL* dividia, entre outros assuntos, o espaço da capa com informações sobre a Noruega, país considerado símbolo da paz, que se recuperava do ataque de um homem que levou 76 pessoas à morte (embora tenha sido noticiado neste dia, conforme a figura 1, que eram 92 mortos, a matéria foi corrigida em todos os jornais, por se tratar de uma informação errada passada pela polícia norueguesa).

Também em destaque na capa havia um especial sobre os *looks* mais bonitos da semana e o fato do ator e apresentador Rodrigo Faro não poder assistir aos jogos do campeonato brasileiro em função do assédio dos fãs.

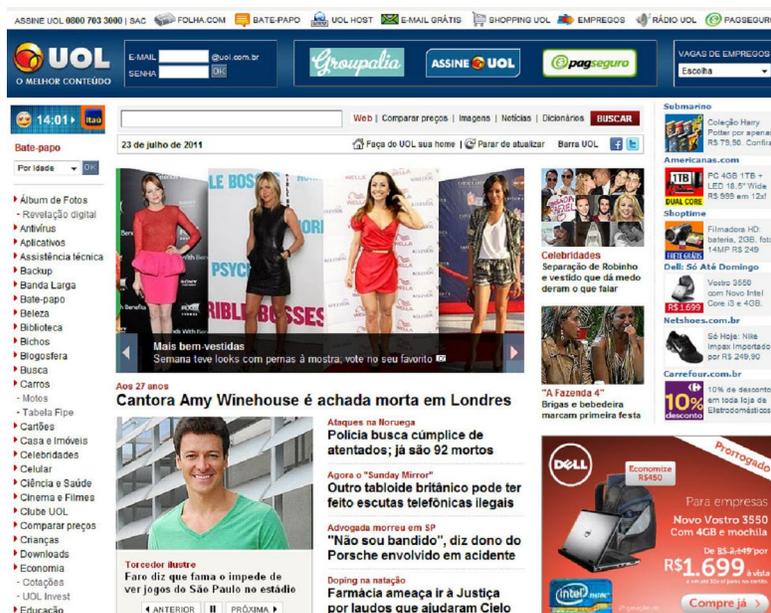


Figura 1 – Página inicial *UOL* em 23 jul. 2011

URL: <http://www.uol.com.br>
 Acesso: 23 jul. 2011, às 14h20

O peso semelhante dado às principais notícias na internet é um paradoxo, visto que têm potenciais informativos bastante distintos. As imagens disponíveis nesta capa (Figura 1) estavam apresentadas em modelo *slide show*, ou seja, existiam pelo menos outras três informações nas duas fotografias destacadas, sob os títulos “Mais bem vestidas” e “Torcedor ilustre”. Em uma somatória é possível concluir que apenas na primeira tela do portal *UOL* – espaço nobre na internet semelhante à dobra superior de um jornal impresso – do dia 23 de julho de 2011, às 14h20, havia 15 possibilidades de informações noticiosas para o internauta eleger, além das publicidades e menus, que ampliam as probabilidades de navegação.

A internet contabiliza bilhões de páginas. O conteúdo jornalístico produzido por profissionais da área com o objetivo de informar é uma pequena parcela no ambiente virtual. Acessar notícias indexadas por *sites* exclusivamente jornalísticos são alternativas nem sempre elencadas prioritariamente pelo leitor da *web*, fato que potencializa ainda mais a criação de estratégias adotadas por veículos de comunicação para “fisgar” o internauta. Expandir a variedade de conteúdo, atingindo públicos distintos, é uma opção que tem sido utilizada.

Em dois exemplos mostrados neste artigo, a pressa em publicar uma notícia levou a erros: a morte antecipada de Romeu Tuma e o número de mortos na Noruega. A notícia afirmativa da morte da cantora Amy Winehouse, seguida por uma justificativa de possível especulação, já que não havia confirmação, foi a maneira sutil de se esquivar de uma nova possibilidade de falha. Selecionados aleatoriamente, os fatos fazem parte da rotina de jornalistas que vivem em busca do tempo real. A impressão que se forma é preocupante: durante todo o dia, em vários momentos, profissionais da área precisam decidir se vão ou não publicar informações “não confirmadas”, ancorados não no “direito de saber” do leitor, mas nos concorrentes, que podem passar à frente e levar consigo a audiência. No afã dos fatos, decisões são tomadas e depois justificadas pela falta de tempo.

Este imediatismo para muitos jornalistas é interpretado como furo por ter sido veiculado primeiro no seu jornal. Mas aí é que se instala a contradição no fazer jornalístico. Até a explosão do meio virtual noticioso, a expressão “furo” era adotada para exprimir competência de uma equipe que se aprofundou em um assunto, investigou, ouviu todos os lados, reuniu documentos e veiculou a notícia com exclusividade, tanto que os demais jornais precisaram citar àquele que apurou a notícia por não ter acesso às provas elencadas na reportagem.

Atualmente, com o tempo cada vez mais escasso para a técnica jornalística apurada, qual o sentido do termo “furar a concorrência”? O tempo real permite que as pessoas sejam informadas a respeito de tudo o que ocorre em cada parte do globo terrestre, mas tem se mostrado um dos principais oponentes da apuração jornalística.

Furo em Tempo Real?

Furo, segundo o *Dicionário de Comunicação*, é a “notícia importante publicada em primeira mão por um jornal ou por qualquer outro meio de comunicação de massa”. (RABAÇA; BARBOSA, 1987, p.294). O que significa uma notícia em “primeira mão”? Será que se pode classificar como tal uma informação que está disponível a todos, mas que um veículo noticiou primeiro, ou seja, em “primeira mão”, com uma diferença de segundos ou minutos em relação a seu concorrente?

Os alicerces do bom jornalismo estão calcados em pesquisa prévia. (LAGE, 2004). Foram construídos em meio a trabalhos árduos de apuração e à luz da ciência, trata-se o jornalismo de um serviço público que tem o dever de fiscalizar a sociedade, em especial os poderes que ignoram regras, leis e pessoas. Para tanto, a investigação jornalística está intrincada na essência da profissão. Apurar notícias, ouvir os envolvidos, buscar as versões dos fatos para não cometer injustiças estão entre as técnicas aprendidas ainda na academia. Claro que nem todo jornalista no mercado de trabalho respeita e segue esses conceitos básicos, que antecedem até mesmo a ética profissional, pois deveriam ser parte da rotina diária de um profissional da informação. A questão da deturpação do furo em tempo real, porém, não se constrói somente pelos desvios éticos deste ou daquele profissional.

A concorrência – que não deveria ser vista como malevolente e sim de forma sadia, pois colabora para que empresas e jornalistas busquem e mostrem o melhor potencial que têm em mãos – tem sido causa e às vezes até usada como desculpa para os erros cada vez mais constantes. A rapidez de transmissão de dados é inerente à internet e não é a isto que se questiona. O que se revela de modo preocupante é que ao aproveitar a velocidade do meio e com uma visão míope do conceito “furo”, veículos e jornalistas ampliam a corrida pelo tempo real.

Para a atividade jornalística, velocidade é cada vez mais importante. A notícia é, por sua própria natureza, uma mercadoria altamente perecível, torna-se antiga no instante mesmo de sua divulgação, especialmente em um mundo interconectado por satélites e bombardeado, a cada segundo, por uma imensa montanha de novos dados. Daí a importância que o furo, a prerrogativa de ter sido o primeiro veículo a informar, adquire para as empresas de comunicação. Paradoxalmente,

não importa se o furo será mesmo visto ou lido, ou muito menos compreendido pelos telespectadores e leitores, mas sim o fato de que uma empresa possa afirmar que ela foi mais rápida e eficaz do que as outras. (ARBEX JÚNIOR, 2001, p.88-89).

Um exemplo desta disputa pela divulgação da notícia está na morte do ex-vice-presidente da República, José de Alencar, que ocorreu dia 29 de março de 2011. É comum na rotina de qualquer redação de grande porte uma espécie de planejamento para quando uma pessoa pública está entre a vida e a morte. A própria notícia central e todas as matérias de apoio estão previstas e algumas até pré-escritas. Mas no caso de José de Alencar, que há 15 anos lutava contra o câncer e começou, nos últimos anos de vida, a ser internado às pressas frequentemente, a *Folha.com* deu indícios sérios de que, apesar de ter se preparado para o episódio, havia um afã desmedido em ser o primeiro veículo a dar a informação, ou seja, a furar seus concorrentes. Tanto que o *site* “preparou” os internautas minutos antes de Alencar morrer ao publicar uma matéria com o seguinte título: “Alencar está se preparando para descansar”, diz médico”.

Segundo o Portal da Comunicação *Comunique-se*, que aborda os bastidores do jornalismo nacional, a matéria foi ao ar na *Folha.com* às 14h41. Oficialmente, a morte do político aconteceu às 14h40, um minuto antes da publicação. Porém, o *site* ainda não tinha a confirmação, apenas sabia que era uma questão de tempo, segundo os médicos, e não quis correr o risco de “ser furado” por seus concorrentes.

O questionamento que fica é: isto é um furo? A morte prenunciada de uma pessoa pública pode ser considerada um furo jornalístico? Ora, a notícia não era exclusiva, todos os veículos de comunicação teriam acesso a ela haja vista toda logística montada junto ao hospital.

Considerações Finais

É premente concluir, então, que a busca pela instantaneidade distorce de modo inexorável o conceito de furo no jornalismo, especialmente porque ignora a investigação como fator intrínseco à notícia exclusiva e releva à velocidade o fator primordial para contemplar o público. Ainda, a ânsia por noticiar um fato faz com que tudo seja veiculado apenas de maneira superficial, sem aprofundamento e coloca em risco a futura consolidação do próprio jornalismo *online*. Precipitação de ficar marcado pela obsolescência e o empirismo de suas ações.

A falta de aprofundamento, do modo como se apresenta no jornalismo em na internet, faz com que o próprio jornalista, profissional da comunicação que tem como premissa ser um instrumento de transformação social, questionando, investigando, sendo a ponte entre público e poder público e privado, deixe também de se indignar e corra o risco de cair no próprio senso comum que ajuda a construir.

Fadado a ser um mero transmissor de informações, ideologicamente orientado ou não, o jornalista também destina ao público um conformismo que, aliado ao bombardeio de dados e opções de assuntos, em nada contribui para a formação de uma opinião pública concreta. Embora considerem que o período histórico revele uma opinião pública global, Lemos e Lévy indicam para fins de reflexão que: “A opinião pública é por definição dividida entre ‘prós’ e ‘contras’, partidários e opositores, e é a *dinâmica conflituosa* que faz a opinião pública viva.” (LEMOS; LÉVY, 2010, p.158, grifos dos autores). Sem a conflitualidade necessária, resta a absorção acrítica.

Mais uma vez se conclui, portanto, que a memória do homem quanto aos fatos se limita até o próximo acontecimento. Em um mundo voltado ao presente, embora os “objetos de atenção” estejam em evidência para todos (LEMOS; LÉVY, 2010), o que fica armazenado são apenas as vivências que importam para cada um. Enquanto isso, o que se vê são jornalistas imponderados, tentando conquistar sua audiência que se resume a um número. Pessoas que consomem seu produto sem de fato absorvê-lo. Alienadas em suas próprias verdades e que se informam para ter assunto em seus grupos do dia a dia, mas que não se deixam mover e nem mesmo se dão a chance de registrar no arcabouço de sua memória o que aconteceu em suas cidades na semana anterior. O que é velho só volta a ter valor quando lembrado por uma notícia nova.

Referências bibliográficas

ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnalismo**: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BAITELLO JR., Norval. **O animal que parou os relógios**. São Paulo: AnnaBlume, 1997.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

COMUNIQUE-SE 2010. Barriga: **Folha e UOL noticiam falsa morte do senador Romeu Tuma**. <http://www.comunique-se.com.br/conteudo/newsshow.asp?editoria=8&idnot=56956&ReQuery=S>. Acesso em: 22 jul. 2011.

ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo**. São Paulo: Ática, 1991.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

HERCOVITZ, Helioza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p.123-142.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LE MOS, André; LEVY, Pierry. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010.

MARCONDES FILHO, Ciro (coord.). **Pensar-pulsar**: cultura comunicacional, tecnologias, velocidades. São Paulo: NTC, 1996.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Bloitempo, 2007.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PRADO, Magaly. **Webjornalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

SALOMÃO, Alexa; SEGALLA, Amauri; NEVES, Maria Laura. **O futuro do trabalho**. [S.l.], Revista Época, 2007. In: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR80094-8056,00.html>>. Acesso em: 22 jul. 2012.

SERVA, Leão. **Jornalismo e Desinformação**. São Paulo: Senac, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico**. Rio de Janeiro. Ed. 34, 1993.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2002.